

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

Procuradoria Jurídica

- 1) Com. Justiça
- 2) " " Finanças
- 3) Vereadores

18-5-96

APROVADO  
POR unanimidade  
EM 27/05/96

PROJETO DE LEI Nº 75 /96

Dispõe sobre concessão de ABONO SALARIAL aos Servidores Públicos Municipais para o mes de MAIO/96.

Francisco de Assis Vieira Filho, Prefeito Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba aprova e ele promulga a seguinte lei:-

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder no mes de MAIO/96 ABONO SALARIAL aos Servidores enquadrados nas seguintes referências:

Ref: 08 - R\$ 18,91  
Ref: 09 - R\$ 16,87  
Ref: 10 - R\$ 14,71  
Ref: 11 - R\$ 12,43  
Ref: 12 - R\$ 10,06  
Ref: 13 - R\$ 7,57  
Ref: 14 - R\$ 4,96  
Ref: 15 - R\$ 2,19

§ 1º - Os médicos plantonistas, mencionados pelas leis nº 2.779/93 (art. 2º, v) e nº 2.990/94, que efetivamente atendem de corpo presente, no Pronto Socorro Municipal, terão um ABONO de R\$ 50,03 (cinquenta reais e tres



centavos).

§ 2º - Todos os servidores, inclusive aqueles enquadrados nas referências contidas no caput deste artigo, receberão um Abono de R\$ 25.00 (vinte e cinco reais), para o mes de maio/96.

§ 3º - Os Servidores ocupantes dos cargos abaixo descritos, perceberão, além do abono mencionado no parágrafo 2º do presente artigo, **abono complementar** no valor de R\$ 20,00 (vinte reais):

Coordenador Pedagógico	- ref.: 36
Coordenador Serviço Educação	- ref.: 33
Professor I	- ref.: 18
Professor II	- ref.: 20
Professor III	- ref.: 22
Professor IV	- ref.: 24
Professor V	- ref.: 26
Professor Educação Física Pleno	- ref.: 22
Prof.Educação Física Senior	- ref.: 25
Técnico Desportivo Junior	- ref.: 18
Técnico Desportivo Pleno	- ref.: 21

§ 4º - Os **ABONOS** de que trata a presente lei não integrarão os vencimentos para fins de outras vantagens salariais.

**Artigo 2º** - A concessão de abono salarial de que trata o parágrafo 2º, abrangerá todas as categorias dos cargos e funções do pessoal efetivo, os de provimento em comissão, os estatutários ou regidos pela C.L.T., os ativos e inativos, pensionistas e estagiários, da Administração direta ou indireta, que percebam os benefícios pelos cofres municipais.

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente, que se necessário, poderão ser suplementadas mediante Decreto do Executivo.



**Artigo 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Pindamonhangaba, 06 de maio de 1996.

**Francisco de Assis Vieira Filho**  
Prefeito Municipal

PRJ/islopes

